
A DOR DA GENTE (TAMBÉM) SAI NO (TELE) JORNAL: A VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO TELEJORNALISMO LOCAL

Jhوناتan Mata¹
Iluska Coutinho²
Livia Fernandes de Oliveira³

Resumo

O trabalho tem como proposta analisar de que maneira(s) os telejornais locais do horário noturno, com sede em Juiz de Fora - Jornal da Alterosa Edição Regional, Jornal da TVE e MGTV 2ª Edição - tentam estabelecer relações de vínculo e pertencimentos com seu público por meio dos discursos que veiculam em suas produções. Interessa-nos perceber como estes telejornais, ao utilizarem-se da representação popular - inserindo a população como “personagem”, sobretudo vitimizados das matérias - constroem uma identidade local para garantir a adesão do telespectador e convertê-lo em audiência.

Palavras-chave

Participação popular, Telejornalismo local, Personagem

Abstract

The article proposes to analyze in which ways the evening local news broadcasts, sited in Juiz de Fora – Alterosa Edição Regional, TVE and MGTV 2ª Edição news – try to establish intercourse and belonging links with its audience by the mean of the speeches that cycle in their shows. It concerns us to notice how these news broadcasts, as they appeal to popular representation – putting people as “characters”, mainly as the journalistic subject’s victim – build a local identity to guarantee the viewer’s acceptance and convert him into audience.

Keywords

Popular involvement, Local news broadcasting, Character

1 INTRODUÇÃO

A importância dos telejornais se solidifica no Brasil, país no qual a população acredita mais na mídia que no Governo, segundo pesquisa da agência de notícias *Reuters*⁴. Isso exige do mundo acadêmico um olhar mais atento para o telejornalismo como praça pública, concepção ofertada pelo pesquisador Alfredo Vizeu (2006). Neste sentido, o telejornal, como lugar de construções simbólicas, mesclaria o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia. Como acreditamos que, no telejornalismo, operamos a todo o momento com recortes, nossa pesquisa não foge à regra e elucida, como ponto de análise a questão da humanização no telejornalismo local. Seja

pela escolha das pautas, no cuidado com a linguagem utilizada, ou ainda por meio da inserção direta de personagens populares em cena, o fato é que os telejornais buscam construir uma relação de identificação, um vínculo com o público, que representa na tela. No caso do telejornalismo local, que oferece recorte empírico para essa reflexão, essa necessidade de criação e manutenção de vínculos se constitui em desafio cotidiano para os jornalistas. Há uma necessidade de “falar” para toda a comunidade, de se fazer entender. Nessa perspectiva, a “comunicação do povo”, embora construída e ofertada como produto em nosso recorte, pode manifestar-se de diversas formas. O “povo”, nesse contexto, é retratado e se converte em audiência, independentemente se os limites

de projeção e representação na telinha são globais, nacionais ou locais, sendo esta última via privilegiada neste trabalho e no próximo tópico.

2 TELEJORNALISMO E EMISSORAS DE PRODUÇÃO LOCAL EM JUIZ DE FORA

Como a bancada por nós ocupada oferta uma pesquisa de recorte contemporâneo, partimos para a descrição atual⁵ dos três telejornais locais de horário noturno produzidos na cidade e que são foco deste trabalho.

A história da Rede Globo em Juiz de Fora começa em 1980, quando a TV Industrial encerra suas atividades e é vendida para o grupo de Roberto Marinho, em fase de expansão e desejando se instalar na região. Com a venda para a Globo Minas, a emissora passa a retransmitir o sinal da Rede Globo e a programação local da Rede Globo Juiz de Fora é reduzida a alguns minutos diários nos telejornais sediados em Belo Horizonte. De 1980 a 1998, a dependência da matriz no Rio de Janeiro foi intensa e o “padrão globo” é seguido rigorosamente. Em 1998, numa tentativa de resgate do local para enfrentar a globalização e atrair novos mercados publicitários, a TV Globo Juiz de Fora passa a se chamar TV Panorama. O estímulo à nova regionalização faz com que o espaço reservado ao telejornalismo local aumentasse de 15 minutos para aproximadamente 50 minutos diários. Os telejornais MGTV 1ª e 2ª edição passam a ser apresentados também no estúdio de Juiz de Fora, em interação com apresentadores da TV Globo Minas.

Estratégias comerciais fazem com que a Globo, em 2003, venda suas emissoras do interior. A TV Panorama é pioneira⁶ nesse processo, sendo vendida para o empresário Omar Resende Peres. Ex-secretário de Minas e Energia do estado de Minas Gerais (no governo Itamar Franco) ele torna a emissora o primeiro veículo do grupo de mídia que iria constituir, a OP.COM. Atualmente, a TV Panorama conta com uma

produção local de aproximadamente seis horas semanais. Na somatória da produção local estão o Telejornal MGTV, com duas edições que totalizam 52 minutos diários, de segunda a sábado, e o programa Panorama Entrevista, veiculado aos domingos com meia hora de duração.

A afiliada da TVE Rio entra no ar em 1981, a cargo da Fundação Educacional Pio XII. A emissora tornou-se geradora em 1989, mas nunca havia produzido telejornais até o ano de 2009. Após a morte de Josino Aragão, em 2008, a família opta também por admitir, 12 estagiários estudantes da Faculdade de Comunicação da UFJF, que atuam na áreas de jornalismo da empresa. Em novembro de 2009, o jornal da TVE Juiz de Fora surge como uma nova promessa de espaço para a informação e discussão dos assuntos relativos aos acontecimentos de nossa cidade e região. Exibido de segunda a sexta, a partir das 18h30min, o telejornal tem cerca de 28 minutos de produto diário.

A TV Alterosa - terceira emissora local abordada nesta pesquisa surge quando, em 1999, a TV Tiradentes é vendida para a TV Alterosa, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)⁷. O Jornal da Alterosa (JA) edição regional, foi veiculado, até 2009, de segunda a sábado no horário do almoço (11h50min), com duração em torno de 25 minutos. Em 8 de março de 2010, passa a ser veiculado, seguindo ordens da matriz de Belo Horizonte, das 19:20 às 19:45, inserindo-se no recorte desta pesquisa.

3 DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO

Cumpre-nos, neste momento, dedicar atenção especial ao telejornalismo e suas representações, ou a “Dramaturgia do telejornalismo”, proposta por Coutinho (2003) em sua tese de doutorado. A existência de uma dramaturgia do telejornalismo abriga, para a pesquisadora, uma estrutura narrativa característica do drama nas notícias televisivas e seria favorecida por uma tendência intrínseca ao veículo, à sua

forma de ordenamento das informações: a serialidade.

De acordo com as pesquisas de Coutinho, na estruturação de notícias e reportagens ancoradas numa narrativa dramática, tanto em nível local quanto nacional, as ações se desenrolam na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda outros elementos daquela estória, tais como cenário, contextos, referências temporais. Tais fatores permitem observar que:

As fronteiras, tênues, entre telejornalismo e show pareçam cada vez mais próximas, em uma aproximação acelerada, quase sempre pelo ritmo do Ibope, ou ainda, pela exigência de atração do telespectador. E, nas edições dos telejornais transmitidas em rede, tecnologia e tradição são convertidas em estratégias comerciais, ou editoriais, para permanecer no campo do “jornalismo” (Coutinho, 2003, p.7).

Para Coutinho, embora diante das definições clássicas de jornalismo possa soar como heresia, não figura como algo forçoso o paralelo entre notícia e drama caracterizando uma “dramaturgia do telejornalismo brasileiro”. A convergência não apenas é possível como pode ser considerada um modelo hegemônico nos telenoticiários nacionais veiculados em rede, tanto os de caráter público quanto naqueles veiculados em televisões de âmbito privado.

A identificação da existência de personagens no texto noticioso, de maneira latente ou manifesta, e ainda o papel representado por cada um deles na representação dos fatos foram investigados durante a pesquisa de doutorado, tomando sempre como matriz os modelos e estereótipos comumente presentes em obras dramáticas, ficcionais. Assim:

[...] o que os telespectadores acompanham nos telejornais é uma soma de pequenas tentativas de repetição de alguns fatos,

amarrados pelos textos de repórteres e apresentadores, uma “imitação da ação” ou das ações humanas, tal como a definição de Aristóteles para a palavra drama. O sentido de “imitação” tal como proposto pelo filósofo abrange o de representação, no caso, de um conflito que se desenvolveria, sempre com a busca de sua resolução, através das ações dos personagens da estória, da narrativa (Coutinho, 2003, p.167).

Tomando como matriz/modelo metodológico as definições de narrativa e de drama, é a partir de um conflito e/ou de uma intriga que se desenrolam as ações, na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda os outros elementos daquela estória, tais como cenário, contextos, referências temporais. As ações, os personagens e ainda a oferta de uma mensagem moral são também componentes essenciais de uma narrativa dramática, o que nos possibilitaria considerar a organização das notícias em TV como dramaturgia do telejornalismo.

Neste trabalho nossa atenção se volta para o “povo”, presente nesta escalação - e, por que não dizer no *cast* - de personagens que são apresentados nas notícias televisivas. Aliás, é interessante a observação de Coutinho de que, essa nomenclatura se tornou comum mesmo no jargão profissional. Em nosso caso, contudo consideramos como personagens todos aqueles que “entram em ação” no drama noticioso.

4 A DOR DA GENTE TAMBÉM SAI NO (TELE)JORNAL - O LUGAR DAS VÍTIMAS NO TELEJORNALISMO LOCAL

Os papéis desempenhados pelos 526 personagens, mapeados entre repórteres, âncoras, especialistas, fontes oficiais e população em diferentes VT's e editorias, nas três emissoras, no período de 03 a 07 de maio de 2010⁸ seguem uma espécie de roteiro ou estrutura-modelo recorrente, que guarda semelhanças com a narrativa

dramática clássica. Assim, é possível falar em algumas categorias ou tipos de personagens-padrão, que surgem nas histórias-matérias analisadas. Dentre os papéis propostos pela dramaturgia do telejornalismo (Coutinho, 2006) que poderíamos chamar de essenciais ou fundamentais nas narrativas locais analisadas estão os de: mocinho, vilão, herói, vítima, expert ou especialista, mediador, beneficiado, fiscal e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. Há ainda algumas variações destes papéis tipo padrão, que seriam os de neomocinhos ou vilões regenerados/ arrependidos e heróis fracassados, em aparições restritas. Além dos tipos de papéis já destacados e propostos por Coutinho, outra categoria, estabelecida no desenvolvimento desta dissertação teve participação relevante no conjunto das 15 edições analisadas: o arauto⁹.

No Jornal da Alterosa e no MGTV2 a categoria vítima se coloca em cena com presença expressiva, liderando as 31 tipificações existentes no telejornal da afiliada da Rede Globo, com 29% do total e as 76 tipificações encontradas na da afiliada do SBT, ou 36% do total de personagens. Convém lembrar que o tempo de exibição do MGTV2 é praticamente a metade do JA, o que nos leva a admitir que o número de aparições do personagem vítima se equipara aos mesmos. No telejornal da TVE, as vítimas ocupam o terceiro lugar no ranking de aparições, com 29 personagens ou 14% do total de inserções do mesmo na narrativa específica.

Facilmente identificável no telejornalismo local e fortemente associável ao cidadão comum na narrativa - já que repórteres, âncoras e especialistas não são escalados para tal papel em nosso recorte - a vítima figura como aquela que, à mesma maneira do discurso cristalizado pelo senso comum e do “drama clássico”, sofre com as situações, exige a restauração da ordem. É alguém que foi lesado, injustiçado, que cobra por providências das “autoridades

competentes”. Ou ainda o personagem que dá seu testemunho de mazelas sofridas, para que sirvam de exemplo a telespectadores-vítimas potenciais ou produza na audiência um efeito catártico, cujo vínculo identitário se baseia na premissa do conhecido “podia ser eu, mas ainda bem que não foi”.

Em nossas edições, as vítimas sustentam suas falas sofrendo, principalmente, com as mazelas do atendimento no SUS; assaltos; com a greve dos professores; com a correria da vida moderna, das pessoas e carros; com a dengue; tráfico de drogas; pedofilia; queda de barranco; transtornos nas estradas; mau atendimento nos bancos e operadoras de telefonia; temor de assaltos.

Contradizendo a canção “Notícia de Jornal”, de Chico Buarque, as vítimas de nosso recorte têm aparições frequentes na tela, e “saem no jornal”. O termo vítima vem do latim *victimia* e *victus* e significa vencido, dominado. No sentido originário, vítima era a pessoa ou animal sacrificado aos deuses no paganismo. No sentido geral, vítima é a pessoa que sofre os resultados infelizes dos próprios atos, dos de outrem ou do acaso.

Quais as posições de sujeito construídas pelas vítimas na narrativa televisiva onde aplicamos nosso desenho metodológico? Temos, em nosso corpus, os personagens-vítimas “sacrificados”, sofrendo sobretudo por atos dos outros, em estilos de comportamento que seguem rigorosa e predominantemente seis posturas: sofrimento “pulsante”, sofrimento generalizado e/ou vítima “*em off*”, indignação, apreensão, resignação, e lesão. Os apontamentos de Goffman (2008) sobre a “representação do eu na vida cotidiana” ofertam-nos significativa contribuição, especialmente para essa categorização. Em sua obra, o autor caracteriza os “veículos de indícios” (2008, p.11) disponíveis para transmitir a informação. Por meio deles, os observadores aplicam no desconhecido indicações e estereótipos, a partir da conduta e aparência destes.

No MGTV2, as vítimas são colocadas em cena como “pessoas do povo”, com falas e expressões que manifestam os sentimentos que as permitem transitar por este lugar de fala. E, tentam, assim, impressionar o “outro” observador - o jornalista que o entrevista ou mesmo o telespectador “do outro lado”- em tom que transita entre o lesado e o indignado. O povo se mostra revoltoso, particularmente com os entraves burocráticos e econômicos em Juiz de Fora e região. E, de certa forma, cristalizando a macro idéia de que, atrelados ao desenvolvimento econômico vêm os problemas com a prestação de serviços e comercialização de bens de consumo. Das 31 vítimas nos VT’s locais do MGTV2, 14 se mostram indignadas e 10 lesadas. Abaixo, a tabela explícita a classificação realizada em nosso estudo:

Tabela 3 - tipo de vítima no MGTV2

MGTV2- TIPO DE VÍTIMA	N Ú M E R O D E APARIÇÕES
INDIGNADA	14
LESADA	10
RESIGNADA	3
APREENSIVA	2
S O F R I M E N T O LATENTE	2
VÍTIMA GENÉRICA OU EM OFF	0

A relação “repórter-fonte” antecipa uma performance de desabafo, onde o primeiro “ouve” as mazelas do segundo que se exalta ou, ao contrário, fala baixo, lamenta pelo sofrimento-martírio inevitável. A matéria “Reclamações contra a telefonia em Cataguases”, de 07/05/10, ilustra satisfatoriamente os dois posicionamentos predominantes da vítima no telejornal da afiliada da Rede Globo em nosso período de observação, bem como o tom econômico da abordagem. Anunciado pelo âncora como o setor que mais recebe queixas no Procon de Cataguases, o serviço de telefonia atua

como vilão, em produção onde a primeira vítima, com o sugestivo nome de Laura Batalha, lesada pelas operadoras e tendo que recorrer à Justiça, descreve seus entraves, sua tristeza pelos destratos: “Me senti muito ruim como consumidora. Esperava mais das operadoras, do atendimento pelo telefone. Eles vão te enrolando, te enrolando, te mandando para outro setor e nunca que você consegue resolver o que você está querendo”.

Já outra vítima, a jornalista Luciana Mello, aparece na trama oferecendo à narrativa a representação da indignação contra as operadoras de telefonia. A indignação se materializa inclusive como palavra, no discurso do repórter enquanto apresenta ao público a história da jornalista: “Há dois anos uma enchente danificou a linha telefônica de várias residências em Cataguases. A de Luciana foi uma delas. Durante um mês, o telefone não funcionou. Foram dias ligando para a operadora, sem conseguir uma solução para o problema. No fim, ainda recebeu a conta para pagar. *Indignada*, entrou com um processo no juizado de pequenas causas, e foi indenizada em 1600 reais”. Depois do resumo de sua história, e já em “cena” Luciana completa que “Como cidadão a gente espera que o serviço seja bem prestado e que a gente tenha um atendimento satisfatório. Isso não aconteceu. Então, vai dando uma irritação enorme”.

Interessante destacar que, em outros casos, mesmo numa matéria em que os personagens-vítima sofrem por problemas cuja causa é uma doença ou ferimento, como o caso da matéria de 03/05/10, “Crise no HPS”, o enfoque tem nuances fortemente econômicas. Embora não figure nas falas das vítimas, que descrevem na tela a “dor física, material” estampada em seus rostos, o discurso de que “o dinheiro segrega e corrompe pessoas e princípios” se faz presente em outras instâncias como na fala do repórter ou na voz dos especialistas. Ou

seja, nos personagens que não sentem na “própria pele” os malefícios gerados pela situação-problema.

Palavras típicas do “universo econômico”, como remuneração e prejuízo, povoam, inclusive, a chamada do âncora, que esclarece: “A baixa remuneração seria um dos motivos para o desinteresse dos profissionais em trabalhar no atendimento de urgência e emergência. Hoje de manhã apenas uma médica atendia no HPS, maior pronto socorro da região. Resultado: Prejuízo para quem depende do SUS”. Ainda nesta matéria, uma mãe cujo filho caiu e bateu a cabeça, lança seu discurso de indignação, discrepante daquele oferecido por fontes oficiais, especialistas, âncora e repórter. Sem crédito na tela, alheia às questões salariais da categoria médica - ou ao menos colocando este problema em segundo plano diante de sua situação - ela segura a criança do lado de fora do hospital e diz “Eu vou correr com ele para outro lugar, vou ficar aqui esperando não”. Seu filho Wallace figura na tela, mas não se manifesta verbalmente. O que não quer dizer que não tenha força expressiva ou, nos termos de Goffman “veículos de indício” significativos. Serve, como no caso de um motociclista machucado que se contorce no chão (dentro do hospital) no início da matéria, para ilustrar outro tipo de vítima detectado em nossa pesquisa: aquela que apresenta um “sofrimento pulsante”. Nesses casos, que não foram muito frequentes no MGTV2, com essas duas únicas aparições, a vítima apresenta seu sofrimento in loco, no momento da gravação do vídeo. Não fala sobre um desconforto, não conta - ao menos verbalmente - uma história “dramática” ou brada na tela sua indignação. O sofrimento pulsa diante das câmeras e se basta enquanto representação do ser por ele vitimado. O martírio de Wallace se junta à história do motociclista acidentado, cujo relato ocorre no texto da repórter, que anuncia, no início da matéria: “Este motociclista, que sofreu

um acidente, espera sentado no chão. Ele consegue entrar no Hospital. Mas Wallace, de 12 anos, não teve a mesma sorte. Ele caiu em casa e bateu a cabeça. Está tonto e vomitou algumas vezes”.

A vitimização do personagem no jornal da Alterosa é algo frequente e só não ocorre em três das 25 matérias, totalizando 76 vítimas apresentadas nas edições objeto de análise. Entre essas, predomina o estilo de vítima que caracterizamos como vítima de sofrimento genérico ou vítima “*em off*” (41 ocorrências), apesar da presença significativa das vítimas indignadas (20) e da vítima apreensiva (9).

Tabela 4 - tipo de vítima no Jornal da Alterosa

JALTEROSA - TIPO DE VÍTIMA	N Ú M E R O D E APARIÇÕES
VÍTIMA GENÉRICA OU <i>EM OFF</i>	41
INDIGNADA	20
APREENSIVA	9
LESADA	4
S O F R I M E N T O LATENTE	1
RESIGNADA	1

Entendemos como vítima de sofrimento genérico ou “*em off*” aquela que, em todas as ocorrências ou tenta ilustrar um sentimento compartilhado com um grupo (genérico), não individual, ou é mencionada na narrativa embora não tenha direito a uma fala. O tom policial, adotado pelo telejornal e assumido por sua equipe como linha editorial, parece ser o responsável por essa caracterização da vítima no noticiário. Isto porque, quando tratamos a questão da vítima *em off*, temos que seu “rosto na tela”, na maioria dos casos, é impedido de aparecer pelo caráter policial da cobertura e das pautas. É a criança, que por força legal não pode ser identificada. Menores que sofreram com a pedofilia (03/05/10), foram trocados na maternidade (04/05/10), viraram reféns em rebelião (05/05/10). Nos casos de

sofrimento genérico, também por questões de segurança, a fonte-vítima adulta não aparece em vídeo. Ou é generalizada pela própria amplitude da mazela, principalmente nos “problemas de bairro”. Assim, temos na força de palavras como “moradores”, “população”, “comunidade” uma tentativa de amplificação da voz da vítima, de criação de vínculo identitário com a audiência por meio do compartilhamento de conflitos.

São moradores que, por exemplo, sofrem com o tráfico de drogas na Vila Olavo Costa em Juiz de Fora (03/05/10). Mas que no *off* da repórter, têm a justificativa de não aparição em tela já que, temendo retaliação “evitam falar sobre os crimes”. Na mesma matéria, Carlos Eduardo Nogueira, cuja morte parece ter sido “encomendada” por traficantes, não aparece em vídeo.

As generalizações continuam em matérias que tratam sobre “Pedofilia em Minas Gerais”, onde a sociedade é adjetivada como “chocada” com os crimes, ou na matéria sobre o trânsito na Zona Norte, onde os moradores, na chamada da âncora “temem a falta de segurança da Curva da Miséria, que já provocou inúmeros acidentes” (03/05/10). E ainda em matéria sobre “Buracos no Bairro Barbosa Lage”, que têm sua pauta justificada pela repórter no texto da passagem: “Moradores do bairro Barbosa Lage pediram ajuda ao Jornal da Alterosa pra mostrar as péssimas condições da rua Antônio da Silva. Ela está cheia de buracos. Alguns parecem crateras. E quando chove ficam assim, cheios de poças d’água”. Temos a população que “reclama do SUS”; moradores que sofrem com uma caixa abandonada, “pessoas” assassinadas na Zona Leste de Juiz de Fora; a população juizforana que sofre com a falta de exames que detectem a dengue; moradores que “perdem o sono” com a rebelião carcerária ocorrida há 10 anos e lembrada em matéria de arquivo, dentre outros casos.

Em resumo, descortina-se um painel do qual lançamos mão para demonstrar, no

Jornal da Alterosa, a figuração da vítima genérica ou *em off*: aquela que denuncia, reclama, pede ajuda, convoca o telejornal para gravar e exibir suas angústias. Convoca também a audiência para compartilhar o problema, na condição de “morador”, “população” ou “comunidade” inserida num bairro, município ou região. Mas que, pela força da representação do coletivo ou por questões legais e de segurança que exigem seu ocultamento “visual” na narrativa têm emissões verbais e imagens em vídeo silenciadas na edição. Assemelham-se às vítimas pulsantes pelo caráter exemplar de seus testemunhos, mas distanciam-se das mesmas pelo ocultamento visual das situações e rostos.

As 20 vítimas indignadas se apresentam em caráter parecido com a categoria idêntica detectada no MGTV2. Cobram a prevenção de acidentes, revoltam-se com os buracos no bairro, queixam-se da falta de consciência sobre a dengue.

As entrevistas dos “populares” recheiam as matérias de expressões carregadas de potencial simbólico para nossa hipótese de “discurso do risco iminente”. Neste cenário, palavras como preocupação, susto, polêmica, perigo, medo e apreensão, acompanhadas de vasta gama de adjetivos, se repetem ao longo de todas as edições de nossa análise e em edições-recorte utilizadas em outras pesquisas. Entrevistados “assustados” e “preocupados”, nas adjetivações de repórteres e âncora ampliam o “raio de ação da tipificação” (Berger e Luckmann, 1985, p.54) em tentativa de estabelecer empatia/identificação com a audiência. Representando a voz do povo, os populares aparecem, exigindo, através da Ronda Alterosa, justiça e segurança às autoridades. O Jornal da TVE apresenta em suas edições um total de 29 vítimas com uma predominância daquelas com postura indignada (11). Atentemo-nos, entretanto, para uma maior heterogeneidade na priorização do tipo

padrão desse personagem. Constatam, ainda, 9 vítimas resignadas, 6 vítimas genéricas, 2 vítimas apreensivas e uma lesada.

Tabela 5 - tipo de vítima no Jornal da TVE

JORNAL DA TVE- TIPO DE VÍTIMA	N Ú M E R O D E APARIÇÕES
INDIGNADA	11
RESIGNADA	9
VÍTIMA GENÉRICA OU <i>EM OFF</i>	6
APREENSIVA	2
LESADA	1
S O F R I M E N T O LATENTE	0

O cidadão comum indigna-se com as filas para regularizar a situação eleitoral, com o atentado numa igreja evangélica, com a alta velocidade dos ônibus no centro da cidade. Temos professoras indignadas com os salários pagos à categoria, ouvidos em momento de manifestação contra os problemas, em matéria que inaugura nosso recorte, de 03/05/10. Com faixas, cartazes e em postura agitada, as profissionais de educação expõem, nas ruas de Juiz de Fora, suas reclamações contra a baixa remuneração. Como o faz a professora e coordenadora do Sindute, Vitória Mello, opondo-se às atitudes do Governo Estadual:

A Lei do piso salarial determina que o valor do piso pode ser pago para até 40 horas. Isso significa que não pode ser para menos de 40 horas, para mais de 40 horas. Então nós estamos reivindicando que o piso salarial seja pago a nós na nossa carga horária, que é de 24 horas e de trinta horas. Uma outra questão que o Governo de Minas insiste em faltar com a verdade é no conceito de piso. O Governo de Minas usa muito apropriadamente, para o interesse dele, o conceito de tudo o que se ganha de remuneração como piso. E na verdade o piso de qualquer trabalhador é o vencimento básico que ele ganha (Jornal da TVE, 03/05/10).

A resignação se faz presente no discurso audiovisual de significativa parcela das vítimas (9) e se relaciona diretamente aos problemas cotidianos, como a fila para regularização eleitoral, o desembarque incorreto de taxistas nas ruas de Juiz de Fora, os cuidados com a visão ou a correria da vida moderna. Acreditamos que, ao contrário do que acontece, por exemplo, com o Jornal da Alterosa, recheado de *hard news*, a postura editorial do Jornal da TVE, num tom mais “leve”, institucional ou educativo, faz com que as vítimas mostrem seus rostos. E que, sobretudo, exponham suas dores e problemas inseridos numa narrativa onde, ao cidadão comum, cabe muitas vezes um exercício de resiliência, de adaptação às situações desfavoráveis. É o que observamos, por exemplo, na matéria “Filas para regularização eleitoral”, veiculada em 04/05/10. No VT, o “povo”, visualizado em uma fila em frente a um cartório eleitoral, se mostra insatisfeito com a fila, ao mesmo tempo em que não culpa algum vilão pelo problema. Aliás, a própria repórter descreve as vítimas como responsáveis por boa parte da mazela, ao sentenciar que: “Muitos eleitores deixaram para se regularizar na última hora”. É como se, aos entrevistados nada mais coubesse aqui do que aceitar o destino ofertado, assumindo a culpa por ter deixado para regularizar tão tardiamente a situação eleitoral.

CONCLUSÃO

Percebemos, nesse trajeto, que as narrativas televisivas se transformam em recursos simbólicos que podem orientar a formulação de representações e identidades. Ao questionarmos, na análise dos VT's e entrevistas, se a busca por “um público pra chamar de seu” poderia ser travada por questões de cunho puramente mercadológico ou de efetivo exercício de “cidadania televisiva”, pouca diferença pode ser elucidada nesse “emaranhado” de interesses que se desenharam. Outras dicotomias (ou

policotomias para sermos mais precisos) emergem em nossa pesquisa e se mostram mais proficuas de menção. Dentre elas, as posições de sujeito ocupadas por “pessoas comuns”, especialistas e profissionais de comunicação ao longo das 15 edições recorte.

Podemos considerar, no caso do Telejornal da Alterosa, a tríade de personagens principais - formada por vítimas, vilões e fiscais - atuando de maneira afinada com o discurso da equipe, de desvelamento das mazelas urbanas e cobrança pela instauração da ordem em meio ao caos genérico. Assim, mais do que apontar onde ou em quem “dói”, os personagens vitimizados no JA, representantes da população e de grande parte do cast desse noticiário atuam no sentido de corporificar a “dor social”. Como se, a cada vez que aparecessem, bradassem à cidade e região, um grito de reorganização generalizada das coisas, buscando, para além de um telejornal pra chamar, um telejornal pra “clamar”.

Na análise, a busca de identificação com o público parece se firmar numa linguagem estabelecida na apropriação do senso comum dos discursos de medo e apreensão, componentes essenciais da vida cotidiana. A força das palavras utilizadas a cada edição do JA nos dá a dimensão desta estratégia. Em consonância com esta narrativa, fiscais-repórteres tentam dar amplitude a esses clamores, proferidos contra vilões sem rosto que predominam não só neste telejornal como em todo o nosso recorte empírico.

Apresentadora e repórteres, em postura opinativa, colocam-se em posição de “defesa” do cidadão, do “povo” e, junto com as entrevistas dos “populares”, instauram nossa definição de “discurso do risco iminente”. A ligação com o universo do popular, as matérias de denúncia e as narrativas do medo se incluem neste pacote. Entretanto, acreditamos que dizer, de antemão, que o discurso do risco

iminente apresentado estaria, de fato, “pré-ocupando” a população (ou o público) a que o telejornal se reporta seria trair nossa própria conceituação de uma audiência ativa e crítica, anti-frankfurtiana. Assim, longe de concordar que o telespectador estivesse, no sofá de casa, esperando que o telejornal lhe chamasse de público, evidenciou-se ao longo da pesquisa a construção de diferentes estratégias, de recorte e narrativa, para a construção desses laços de pertencimento.

O MGTV 2ª Edição surge neste panorama ofertando com especial frequência vítimas, fiscais e especialistas. Diferentemente do que faz o telejornal da Alterosa, no MGTV2 a população-vítima é mais consumidora do que cidadã, para citarmos Canclini (2001), e precisa de um “dicionário de mazelas” que lhe explique a realidade, mais que de um megafone que amplifique sua voz e problemas em tela. E que fique claro aqui que nosso apontamento de diferentes posturas com relação à população vítima nestes telejornais não denota uma preferência pela postura “econômico-explicativa” de um ou denunciativa de outro. Até por que compartilhamos com Canclini a idéia de consumo como fator de construção de uma marca de pertencimento. Ao despendar bens materiais ou simbólicos, mais do que serem enquadrados como vorazes consumidores de superficialidades e objetos de manipulação da economia capitalista, os consumidores-telespectadores estariam tecendo as malhas do tecido social a que pertencem ou desejam pertencer, criando sua identidade.

Quais os prejuízos de se adicionar álcool à gasolina? Por que se alimentar nos restaurantes está mais caro? O que leva as operadoras de telefonia a figurarem no topo da lista de reclamações dos consumidores? Nesse sentido, os especialistas - tanto aqueles profissionais que explicam o mundo nas matérias quanto à própria equipe e seu conhecimento de causa que a torna líder de

audiência na região - apostam num público vitimizado, que anseia pela resposta a essas e outras perguntas. Um público que, no olhar do grupo de profissionais da empresa, se não chama esse telejornal de seu, ao menos em tese, sabe que muitos o fazem.

Recém-nascido em termos de exibição, o que não quer dizer “inocente” em termos de elaboração de discurso, temos o Jornal da TVE e sua apresentação de/para o público, em que mocinhos, arautos e vítimas predominam em número de aparições. E parecem tentar, a cada edição, mais do que denunciar, ou investigar, anunciar as coisas, as belas coisas. As matérias de celebração, as *soft news* e a apresentação de boas atitudes e notícias leves tentam forjar este cenário. Embora queira, indubitavelmente, um público pra chamar de seu, o telejornal da TVE busca, antes deste, uma “identidade pra chamar de sua”.

Como na dramaturgia presente nas telenovelas ou filmes, a presença do mocinho, tanto nos VT's quanto no posicionamento enunciativo daqueles que os produzem no Jornal da TVE, não pode ser visualizada como algo exatamente “bom” ou “ruim” para a narrativa deste telejornal, em termos de geração de identificação com um possível público. Mais especificamente, não pode ser encarada como garantia de sucesso eterno deste discurso - que, aliás, a própria equipe não sabe se manterá. Dependerá, tal qual ocorre na ficção, de empatia por parte do público (ainda misterioso nesse caso) com a bondade exacerbada desses personagens. O mocinho, em nível semelhante ao do bandido ou vilão, prescinde da aprovação do “olhar do outro” para que possa ser amado ou odiado. Não há nesse caso, nada mais definido do que um palco de promessas que se projetarão, certamente, em pesquisas futuras. O universo simbólico estabelece hierarquias diversas, da “mais real” até a mais fugidia apreensão da identidade. O que nos exige, como próximo desafio, um trabalho de aprofundamento

com a recepção imaginada e anunciada. Assim sendo, nos é mais valioso adiantar e perceber que a “objetividade”, tanto da vida cotidiana, quanto do telejornalismo local, por mais certa que nos apareça, é uma objetividade produzida e construída pelo Jornalismo e seus operadores: profissionais, de dispositivo e de linguagem. E transposta, como vimos, para as diferentes lutas simbólicas nos telejornais locais. “Povoados” - e que em muito ressaltamos essa palavra e suas variantes - por imagens arquetípicas e questões conflitantes que, desde sempre alimentam as buscas de poetas, filósofos e, principalmente do “povo” pelas explicações das mais diversas dimensões do ser e agir humano. E não se trata de limite ou restrição, pois mesmo a “história universal”, como nos diz Jorge Luis Borges (1986, p.123), “talvez seja a história da diferente entonação de algumas metáforas”.

NOTAS

1. Jornalista e mestre em Comunicação (UFJF) é funcionário da Faculdade de Comunicação da UFJF e realiza pesquisas sobre telejornalismo. jhonatanmata@yahoo.com.br.
2. Jornalista, doutora em Comunicação Social (Umesp) e mestre em Comunicação e Cultura (UnB). Professora da Departamento de Jornalismo e do Mestrado da Faculdade de Comunicação da UFJF. iluskac@globocom.com.
3. Jornalista e mestre em Comunicação (UFJF) é professora bolsista do curso da Faculdade de Comunicação da UFJF e bolsista de apoio técnico de projeto de avaliação do telejornalismo público. liviafoli@yahoo.com.br.
4. A pesquisa foi realizada pela agência de notícias Reuters, da BBC, e dos Media Centre Poll, pertencente à Globescan. O resultado identificou a centralidade e importância da televisão na sociedade brasileira (Vizeu e Correia, 2008, p. 11). Dentro deste contexto, o campo do telejornalismo ocupa um lugar de destaque como a principal fonte de informação para 56% dos entrevistados.

5. Para detalhamento da história da televisão em Juiz de Fora, consultar Fernandes, Livia “TV Mariano Procópio: representação e pioneirismo na história audiovisual de Juiz de Fora”. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

6. A questão do pioneirismo é outra narrativa recorrente na construção do imaginário juizforano.

7. A TV Alterosa é afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) em Minas Gerais. Além de Belo Horizonte, Divinópolis, Varginha e Juiz de Fora são os municípios com sede da TV Alterosa. As três emissoras do interior são dirigidas por Gleizer Naves.

8. O recorte de pesquisa aqui apresentado integra a dissertação intitulada “Um telejornal pra chamar de seu: identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local” MATA, Jhonatan, 2011. A metodologia se alicerça na utilização da análise textual da televisão - que toma como parâmetro ferramentas da análise de discurso e de conteúdo - de cinco edições de cada um dos três telejornais locais objeto do estudo empírico.

9. O arauto (do francês antigo: heralt) pode ser compreendido como o mensageiro oficial na Idade Média, uma pré-forma do diplomata. A função desse “personagem” emergiu em nossa análise de maneira sistêmica e freqüente, exigindo-nos sua incorporação em nossos esquemas de dramaturgia. Repórteres, cinegrafistas e âncoras colocam-se na posição de proclamadores de boas (ou não tão boas) novas e as ofertam/negociam com seu público ao longo de cada matéria que “anunciam.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt.. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Florianópolis: IISBPJOR, 2005.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BORGES, Jorge Luis. **Nova Antologia Pessoal**. Trad. Rolando Roque da Silva. Argentina: Difel, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução: Maurício Santana Dias. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV**. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2003.

_____. Telejornalismo e identidade em Emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: VIZEU, Alfredo Eurico (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: EURICO, Alfredo, ANTÔNIO, Flávio, LADEIRA, Célia (Org.). **Telejornalismo A nova praça pública**. Florianópolis: Insular. 2006.

_____, FERNANDES, Livia; MATA, Jhonatan. **Dramaturgia do Telejornalismo e Identidade local: os personagens como referências do Jornal da Alterosa e MGTV 1ª Edição**. In: COUTINHO, Iluska; LEAL, Paulo Roberto (orgs). **Identidades Mediáticas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

FERNANDES, Livia. **TV Mariano Procópio: representação e pioneirismo na história audiovisual de Juiz de Fora**. Trabalho de Conclusão de Curso. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MATA, Jhonatan Alves Pereira. **Um telejornal pra chamar de seu: identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

_____, et al. Telejornalismo e identidade local: uma reflexão sobre a produção jornalística nas emissoras de TV de Juiz de Fora. In: FADUL, Anamaria e GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Mídia e Região na era Era Digital: diversidade cultural e convergência midiática**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

_____. **A voz do povo é a voz de**

Deus? Participação popular no telejornalismo local. Monografia. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

VIZEU, Alfredo Eurico. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: EURICO, Alfredo, ANTÔNIO, Flávio, LADEIRA, Célia (Org.). **Telejornalismo: A nova praça pública.** Florianópolis: Insular, 2006.

_____. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005

_____. (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____, CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In VIZEU, Alfredo (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.